

ID: 35420589

11-05-2011

Beneficiários de subsídio social caem para metade em oito meses

Quando em Julho do ano passado as novas regras da condição de recursos entraram em vigor, havia quase 110 mil pessoas a receber o subsídio social de desemprego. Em Março deste ano, o número já rondava as 58 mil.

Esta quebra de 48% em apenas oito meses registou-se no período em que foram eliminadas as medidas anticrise e em produziram efeitos as novas regras da condição de recursos. O subsídio social de desemprego é uma prestação não contributiva com o valor máximo de 419,22 euros, mas que está limitada a pessoas que pertençam a agregados com rendimentos por pessoa inferiores a 335 euros. Pode por exemplo ser atribuída aos desempregados que não cumpriram o período de 450 dias de descontos necessário para aceder ao subsídio de desemprego, já que apenas exige seis meses.

Quando a crise chegou em força à economia real, o Governo optou por aumentar o valor da prestação e prolongar o prazo de atribuição por mais seis meses. Depois deste alargamento ter sido revogado, a prestação foi incluída na lista de apoios dependentes da condição de recursos. Os beneficiários ficaram por isso sujeitos a uma avaliação mais rigorosa de todo o seu património e rendimentos.

Os dados oficiais do Ministério do Trabalho também revelam uma quebra pronunciada nos beneficiários de outras prestações abrangidas: 36% no caso dos titulares de abono de família e 19% no número de beneficiários do rendimento social de inserção que estão efectivamente a receber a prestação.

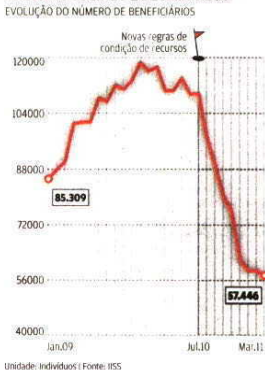
Quebra surpreende o Governo
No Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado em Março, o governo afirmava que o impacto da nova lei de condição de recursos foi maior do que o esperado.

"O número de beneficiários de abono de família e de outras prestações não contributivas que não cumpriram critérios da condição de recursos é superior às estimativas, o que levou à revisão em alta do impacto da medida", afirmava o Executivo no chamado "PEC IV". **CAP**

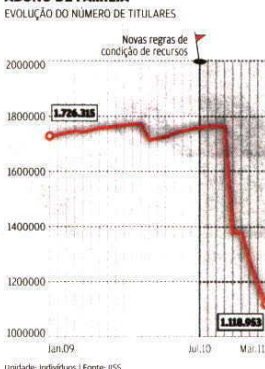
REFORMA CONTRARIA EFEITOS DA CRISE

A condição de recursos foi no ano passado uma das principais armas da Segurança Social para controlar a despesa com prestações, que a crise tinha atirado para máximos históricos. O número de beneficiários continua a cair, apesar do desemprego registar sucessivos recordes (está nos 11,1%).

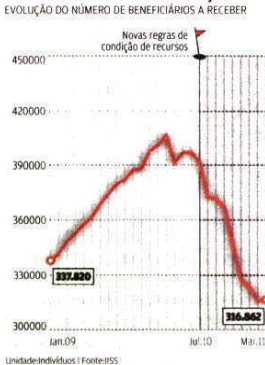
SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO



ABONO DE FAMÍLIA



RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO



PROPOSTAS FISCAIS

Sócrates acusa PSD de desprezar acordo com troika

Socialista diz que afectar parte da receita obtida com a reestruturação do IVA para reduzir a TSU, como quer o PSD, despreza os termos de um acordo que prevê esse dinheiro para reduzir o défice. Confira as propostas fiscais defendidas pelos líderes no debate da OTOC **AL**



Sócrates insiste na limitação das deduções fiscais na Saúde, Educação e Habitação.

PS CONTRA O FIM DA TAXA INTERMÉDIA DO IVA
José Sócrates está contra a subida do IVA num "valor muito acima do razoável" para pagar a redução da Taxa Social Única, temendo que o PSD queira "eliminar a taxa intermédia" do imposto, prejudicando a restauração que é "um dos pilares do turismo" e uma das actividades com "maior relevância" nas exportações nacionais. Na mesma conferência, o secretário-geral socialista priorizou os benefícios fiscais às empresas exportadoras, criadoras de emprego e que apostem em Investigação e Desenvolvimento, assim como aos senhorios para incentivar o arrendamento. E voltou a defender tectos mais baixos para as deduções com despesas de Saúde, Educação e Habitação.



Passos mostra "abertura" para imposto europeu, que Rangel rejeitou na campanha das Europeias.

PSD HARMONIZAÇÃO FISCAL E "ABERTURA" AO IMPOSTO EUROPEU

Passos Coelho defende uma maior harmonização fiscal e intervenção da União Europeia nos choques fiscais nos países da região, e revelou a "abertura" do PSD para que a UE possa ser financiada directamente pelos contribuintes. O designado imposto europeu não significa necessariamente um novo

imposto, antes a afectação directa aos cofres comunitários de parte de uma taxa já existente, que substituiria as transferências para Bruxelas através do OE. Receita que evitaria ainda a contribuição directa para ajudar países com problemas, como acontece agora. Para baixar a Taxa Social Única, Passos disse ser "indispensável" utilizar parte da receita do IVA e mais cortes de despesa no Estado.



Portas admite repensar os novos limites às deduções fiscais, avalizados pela troika.

CDS CRÉDITO FISCAL A EXPORTADORAS, CONTRA SUBIDA DO IVA MÁXIMO

Paulo Portas quer um "simplex" no IRS: "menos escalões, menos taxas, menos benefícios e menos excepções", devendo também atender ao agregado familiar. A reestruturação do IVA deve evitar o aumento da taxa máxima (é de 23%), cabendo igualmente ao próximo governo concretizar a revisão das deduções fiscais com despesas de Saúde e Educação, tal como quer o PSD. Outra das propostas repetidas ontem pelo líder do CDS-PP prende-se com a cedência de créditos fiscais - "tem a vantagem de ter um nulo ou escasso impacto nas contas públicas" - às empresas que, em tempos de recessão, aumentem o investimento produtivo, exportem mais e contratem pessoal.



Francisco Louçã quer reverter para o Estado a valorização de terrenos rurais em "urbanizáveis".

BLOCO TRIBUTAR MAIS-VALIAS URBANÍSTICAS

O Bloco de Esquerda quer tributar as mais-valias urbanísticas, o que poderia render entre mil e dois mil milhões de euros. Francisco Louçã detalhou que esta taxa autónoma de 100% sobre a valorização dos terrenos classificados como rurais transformados em urbanizáveis, permitiria "não aumentar os impostos". Segundo o líder do BE, nos últimos 20 anos "construiu-se uma cidade de Coimbra por ano", tendo esses terrenos valorizado "cerca de 3.000%", gerando um "lucro de 100 mil milhões de euros que não teve de pagar impostos". Francisco Louçã mostrou-se contra à redução dos escalões de IRS, já que "como não mexerá nos mais baixos, quer dizer que os rendimentos mais elevados vão passar a pagar menos".



Jerónimo de Sousa critica a "facilitação" na tributação dos lucros das grandes empresas.

PCP TAXAR EM 0,1% OS LUCROS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O PCP quer implementar uma taxa de 0,1% sobre os lucros obtidos em operações nos mercados financeiros, que poderia gerar "mais 130 a 140 milhões de euros de receitas, ao mesmo tempo que dava contributo para desincentivar a especulação e reduzir a volatilidade dos mercados". Jerónimo de Sousa quer aumentar a receita sem subir as taxas, com o alargamento da base da incidência tributária e a eliminação de isenções fiscais. Os comunistas pedem também mais meios para o combate à evasão fiscal e insistem na "total derrogação do sigilo bancário para efeitos fiscais".